

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.451, DE 2024

Dispõe sobre a criação e a emissão de Certificados de Recebíveis Mercantis (CRM) e de Letras de Crédito Mercantis (LCM) para incentivar o desenvolvimento das sociedades de pequeno e médio porte, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES FUNDAMENTAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação, emissão e negociação de Certificados de Recebíveis Mercantis (CRM) e de Letras de Crédito Mercantis (LCM), com o objetivo de:

I - facilitar o acesso ao crédito para as sociedades de pequeno e médio porte;

II - promover a segurança, transparência e o desenvolvimento dos mercados financeiro e de capitais; e

III - fomentar a participação e inclusão das sociedades de pequeno e médio porte nos mercados financeiro e de capitais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - Certificados de Recebíveis Mercantis (CRM): os títulos de crédito nominativos, emitidos de forma escritural, de emissão exclusiva de companhia securitizadora, de livre negociação, que constituem promessa de



pagamento em dinheiro sendo preservada a possibilidade de dação em pagamento, e que sejam títulos executivos extrajudiciais que tenham como lastro exclusivamente direitos creditórios ou valores mobiliários cujos devedores ou cedentes sejam sociedades de pequeno e médio porte;

II - Letras de Crédito Mercantis (LCM): os títulos de crédito nominativos, emitidos por instituições financeiras, lastreados em operações de crédito realizadas com sociedades de pequeno e médio porte, que constituem promessa de pagamento em dinheiro;

III - sociedades de pequeno e médio porte: as pessoas jurídicas que não sejam consideradas como sociedades de grande porte nos termos do art. 3º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; e

IV - Redes de Registros Distribuídos: os sistemas descentralizados de armazenamento e registro público de informações operados por uma rede de computadores que permitem o registro, validação e atualização de transações ou ativos digitais de forma pública, imutável, transparente e segura.

CAPÍTULO II

DAS REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À EMISSÃO, OFERTA PÚBLICA E DISTRIBUIÇÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS MERCANTIS

Art. 3º Quando ofertados publicamente ou admitidos à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários, os CRMs são considerados valores mobiliários.

§ 1º Os direitos creditórios ou os valores mobiliários que lastrearão os CRMs serão previamente identificados, terão como devedores ou cedentes as sociedades de pequeno e médio porte, atenderão aos critérios de elegibilidade previstos no termo de securitização e deverão ser adquiridos até a data de integralização dos CRMs.



§ 2º As ofertas públicas de CRMs poderão ser distribuídas e negociadas por plataformas de investimentos participativos, e poderão ser objeto de distribuição própria pelas companhias securitizadoras emissoras.

§ 3º As emissões de CRMs poderão ser escrituradas e custodiadas na Redes Públicas de Registros Distribuídos, nos termos de regulação da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 4º Aplicam-se aos CRMs, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022.

§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários poderá estabelecer limites de concentração por devedor nos CRMs, bem como limites de valores ofertados e de tempo mínimo de intervalo entre ofertas públicas de que trata o § 2º deste artigo.

CAPÍTULO III

DAS REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À EMISSÃO DAS LETRAS DE CRÉDITO MERCANTIS

Art. 4º A emissão de LCMs é privativa de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá:

I - estar lastreada em operações de crédito realizadas com sociedades de pequeno e médio porte que se encontrem adimplentes na data da emissão; e

II - estar submetida à verificação prévia de enquadramento da regularidade dos direitos creditórios.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional poderá dispor sobre as instituições financeiras que poderão emitir LCMs, garantida a possibilidade de sua emissão por bancos comerciais, bancos múltiplos e bancos de investimento.

§ 2º Aplicam-se às LCMs, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024, à exceção do art. 2º dessa referida Lei.



CAPÍTULO IV

DO REGIME TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS MERCANTIS E LETRAS DE CRÉDITO MERCANTIS

Art. 5º Ficam isentas do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas as remunerações decorrentes dos CRMs e das LCMs.

Art. 6º Ficam sujeitas à alíquota zero do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) as operações com CRMs e com as LCMs.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 293-A. As Emissões de Certificados de Recebíveis Mercantis, conforme definidas em Lei específica, escrituradas e custodiadas em Redes Públicas de Registros Distribuídos, serão efetuadas na forma estabelecida pela comissão de Valores Mobiliários, que poderá dispensar a contratação dos serviços de escrituração e custódia previstos nesta Lei.”

Art. 8º A Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Ficam isentos do imposto de renda:

.....

IV - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, Warrant Agropecuário - WA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, instituídos pelos arts. 1º e 23 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, bem como por



Certificados de Recebíveis Mercantis - CRM e Letras de
Crédito Mercantis - LCM, instituídos pela Lei específica.

.....” (NR)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BETO RICHA
Relator

Deputado BETO RICHA
Presidente

